



SIDERÚRGICA

A opção maranhense

Parece pouco provável que o governo consiga mudar o projeto da CVRD e de sua sócia chinesa de instalar em São Luís do Maranhão uma siderúrgica para transformar o minério de Carajás em placas de aço. Não só pelos estudos econômicos já realizados como porque a própria administração estadual não se preparou para induzir um pólo siderúrgico no Pará. Não está preparada para nenhum dos outros desafios que a riqueza mineral do Estado lhe impõe.

É pouco provável que o governo do Pará consiga mudar a trajetória da fábrica de placas de aço que a Companhia Vale do Rio Doce, em associação com uma siderúrgica chinesa, a BaoSteel, planejou instalar em São Luís do Maranhão, usando minério de ferro de Carajás. Essa localização não é resultado de uma

**LEÃO QUER
R\$ 200 MILHÕES
DA MRN**

Pág. 3

má vontade congênita da CVRD contra o Pará ou de uma manobra conspirativa do senador José Sarney em favor do seu Estado natal. Esses e outros fatores podem ter tido alguma influência, mas apenas lateral, não fundamental. Cálculos econômicos é que pesaram na instalação da si-

CONTINUA NA PÁG. 2

derúrgica ao lado do porto da Ponta da Madeira, dos melhores do mundo.

Mas o passo adiante que a Vale e associada estão dando unilateralmente representa o atestado da falência da administração pública estadual, omissa na definição de uma política de industrialização dos recursos minerais, que ocorrem com tanta abundância no território paraense. Apesar da retórica dos discursos sobre a verticalização no Pará, o governo nunca pensou a sério e nunca procurou agir para que isso ocorresse. Surpreendido pelos acontecimentos e atropelado pela reação de setores da opinião pública aos fatos consumados, o governo tenta recuperar o tempo perdido e dissipar as ilusões criadas. Mas no caso da siderurgia, a desatenta princesa parece ter despertado tarde demais. É pouco provável que o sapo consiga virar príncipe e a desperte do sono solto a tempo de um final feliz. Não parece que haja possibilidade de final feliz para o Pará em matéria de siderurgia.

Tudo indica que o grupo de trabalho que tenta desfazer o estudo de pré-viabilidade econômica da siderúrgica de São Luís acabará vencido pelos números e deverá trabalhar em torno de compensações em benefício do Pará. O quadro atual só poderia ser revertido se o Pará tivesse feito (ou estivesse fazendo) um plano de desenvolvimento industrial para o setor mineral, empenhando-se seriamente em escapar ao destino que lhe está sendo imposto, de centro de produção primária. Não é mais suficiente simplesmente oferecer benefícios fiscais ou atrativos locais.

Só um planejamento bem feito e uma vontade determinada poderiam ter criado as condições para que minério de ferro, placas ou aço extraídos de Carajás pudessem ser beneficiados no próprio local ou chegassem a um porto paraense de águas mais profundas no litoral. Esse porto seria o de Barcarena, desde que recebesse investimentos adequados, não só no píer e em seus pátios, mas no canal de acesso.

O porto de Vila do Conde não tem condições para receber os enormes navios de 300 mil toneladas ou mais, que viabilizaram o comércio interoceânico de minério de ferro, do qual a CVRD detém um quinto do total. Mas com a (custosa) dragagem do canal seria possível a atracação de navios com quase metade dessa tonelagem, que poderiam levar produtos de menor volume e maior volume, como placas e chapas. Nesse caso, o pólo siderúrgico deveria funcionar em Marabá ou Parauapebas. Mas seria viável economicamente?

Antes de considerar esse problema, é preciso enfrentar um outro, no valor de 300 milhões de dólares: a transposição da barragem de Tucuruí. Sem as eclusas, como é que as barcas, com minério ou produtos finais,

poderiam chegar a Barcarena? No ritmo atual, quando as eclusas poderiam ser concluídas? As obras civis da segunda etapa da hidrelétrica já terminaram (agora está sendo feita a montagem das 10 máquinas que falta instalar para concluir a usina) e o sistema de transposição não se beneficiou do custo marginal do grande canteiro de obras. E Brasília continua a considerar essas eclusas, que seriam as maiores do mundo, um luxo desnecessário, uma inutilidade.

Há ainda o desinteresse da Vale por essa obra. A empresa, que fatura cada vez mais com logística, assumiu o inteiro controle da Ferrovia Centro-Atlântica, que, no futuro, lhe permitirá integrar ferroviariamente seus dois fantásticos corredores de exportação, o de Carajás e o de Vitória a Minas, com conexão através da Ferrovia Norte-Sul. Isolado, o pólo de Vila do Conde faz parte de outra estratégia.

Não é suficiente, portanto, que o Estado tente superar a queda de braço em relação especificamente à fábrica de placas, uma tarefa pouco propensa ao sucesso. Teria que atuar no sentido de impedir a consumação de um dano que já está em curso: ficar de fora do beneficiamento do minério de ferro de Carajás. Não só do ferro, aliás, mas dos demais minérios já identificados, avaliados ou utilizados: manganês, ouro, cobre e níquel.

É bom lembrar que a jazida de ouro do Igarapé Bahia, que permitiu à Vale superar a produção da mina de Morro Velho, em Minas Gerais, a maior fonte do metal na história brasileira, já foi exaurida e toda aquela conversa em torno do pólo de refino e manufatura, travada nos gabinetes estaduais e no conselho da Sudam, não passou de conversa fiada mesmo (na qual o governo estadual se enredou). Com o aproveitamento do cobre do Alemão, o projeto Igarapé Bahia vai entrar numa nova fase de exploração, como subproduto, e do passo seguinte no beneficiamento o que se tem é essa perfumaria do São José Joalheiro.

Com a usina de pelotização em São Luís, a maior do país, o porto da Ponta da Madeira ampliado e a fábrica de placas no mesmo local, o que restará da trajetória siderúrgica ao Pará? A usina de gusa que a CVRD está começando a construir com a Nucor, reforçando (e concentrando) uma atividade pouco atraente?

O desafio é muito maior do que esse cabo-de-guerra incrementado pela grande imprensa. O Pará tem que participar dos projetos da Vale, mas não como um mero referendador de decisões, nem como um teimoso desorientado. Precisa de conhecimento para ajustar a estratégia da empresa às necessidades de um Estado que ela tem beneficiado tão marginalmente.

A fábrica de alumínio da Albrás, por exemplo, a maior unidade produtiva individual do Estado, chegará em 2004 ao fi-

nal do seu primeiro ciclo de vida, com o encerramento do leonino contrato de energia, com números espantosos para o Pará. Do recorde de 406 mil toneladas produzidas no ano passado, apenas 3% ficaram no mercado interno. Os 97% foram enviados para o exterior (sobretudo o Japão) na forma menos elaborada (e que, por isso, menos valor agrega), a do lingote, a primeira parada industrial depois da energia bruta.

O prejuízo acumulado da Albrás até 2002 chega a 700 milhões de reais. A dívida de longo prazo, de R\$ 1,1 bilhão, equivale a mais de quatro vezes o patrimônio líquido da empresa. A esse pesado exigível se acrescentam os quase R\$ 700 milhões de curto prazo. Só a variação monetária e cambial do exercício passado consumiu R\$ 642 milhões, provocando o prejuízo líquido de R\$ 184 milhões, que interrompeu o começo de lucratividade em 2001.

O que o pólo de alumina e alumínio de Barcarena proporcionou para trás e o que pode gerar para frente? No momento em que a empresa rediscute o vital contrato de energia, o Estado senta no camarote como espectador desinteressado da parte que lhe cabe: mudar o perfil colonial desse pólo. Não com discurso vazio, mas com propostas densas e exequíveis. O mesmo se aplica ao ainda nascente pólo de cobre, ao futuro núcleo de zinco e a esse cada vez mais atado centro de caulim, que não induz celulose ou papel.

Ao invés de atirar a Vale de público e depois tratar do que fazer em gabinetes fechados, com outra linguagem, recorrendo a consultorias que não enraízam no Estado a cultura da mineração (e da metalurgia e siderurgia), o governo podia obrigar a empresa a se explicar diante de auditórios qualificados ao diálogo. A empresa tem se recusado a verticalizar sua produção mineral alegando que se agir assim vai desagradar os seus clientes, que atuam exatamente nas escalas seguintes de transformação. No entanto, se associou à americana Nucor para produzir gusa em Carajás, deslocando do mercado as guseiras locais independentes (ou isoladas), que vendiam seu produto exatamente para a Nucor. Dentro da legislação brasileira contra cartéis, essa sociedade é possível? Não é uma contradição com o discurso do *core business* da Vale em minérios?

A empresa pode argumentar que essa sociedade será a ponte para entrar no cobinado e fechado mercado americano, algo semelhante ao projeto das placas com os chineses. Mas é preciso definir claramente a questão e ajustar (quando não subordinar) o interesse comercial da empresa às necessidades do Estado, de uma forma justa e decidida. O governo está preparado para travar essa luta? Ela faz parte dos seus objetivos? Pelo modo de encarar e abordar o contencioso, parece que não.

Mineração Rio do Norte: a maior autuação do Leão

A Mineração Rio do Norte, uma das maiores produtoras de bauxita do mundo, poderá ter que pagar 220 milhões de reais, na maior autuação já feita na Amazônia pela Receita Federal. A mineradora, estabelecida em Oriximiná, foi autuada em julho de 2000 porque um ano antes havia reduzido seu capital social em 118 milhões de reais, equivalente a 20% de todo o capital que então possuía, de R\$ 537 milhões, por considerá-lo "excessivo".

Essa redução, efetuada justamente quando a empresa pleiteava pagar menos imposto ainda, significava que a MRN estava devolvendo aos seus acionistas (à frente a CVRD e atrás dela várias das multinacionais do cartel do alumínio, como Alcoa e Alcan) 20% de tudo o que eles haviam investido até então. A mineradora foi criada em 1972 e começou a operar em 1979, chegando neste ano ao recorde de 16,3 milhões de toneladas de bauxita.

No meio desses R\$ 118 milhões não iriam parar nos bolsos privados imposto que o governo deixou de arrecadar para estimular o investimento da empresa? Com base nessa premissa a Receita Federal investigou e autuou a Rio do Norte por contrariar as normas legais ao reduzir seu capital. A empresa, não concordando com a autuação, recorreu à justiça federal para anular o ato da Receita. Mas o juiz substituto da 22ª vara judiciária do Distrito Federal indeferiu o recurso da mineradora. Apreciou o mérito e determinou o arquivamento do processo.

O juiz Cleberon José Rocha admitiu que a empresa poderia até reduzir seu capital, desde que pagasse todos os impostos devidos. Ao incorporar os incentivos fiscais que lhe foram concedidos pela Sudam, aceitou a regra de que esses recursos jamais poderiam ser distribuídos aos sócios ou acionistas, porque, como é lógico, "após a capitalização do valor do incentivo, qualquer redução do capital social implicará primeiramente na redução desse valor", observa a sentença.

No caso de a empresa decidir reduzir seu capital, "deve-se entender que primeiramente foi distribuído o valor do incentivo", argumenta o juiz, acrescentando: "Nada mais lógico em se tratando de benefício fiscal que objetiva o incremento de atividades com ampliação do processo de industrialização".

A empresa incorreu em ilícito ao incorporar o valor do incentivo oficial ao seu capital e, em seguida, reduzi-lo. A regra clara é de que, ao gozar o benefício, a empresa está aceitando que não pode mais reduzir seu capital, sob pena de passar a ser automaticamente devedora do imposto, que não lhe foi cobrado exatamente para induzi-la ao investimento. Afinal, trata-se de uma política fiscal de desenvolvimento.

Além de considerar a autuação perfeitamente legal, o juiz reconheceu a Receita Federal como o órgão competente para esse procedimento e não a Sudam, como alegou a MRN: "À Sudam cabia verificar se a empresa estava em condição de obter o incentivo. À Secretaria da Receita Federal verificar se o incentivo foi corretamente utilizado", sentenciou o magistrado.

Embora deva manter o *front* judicial, a Rio do Norte já ofereceu à Receita bens integrantes do seu ativo no valor contábil de R\$ 220 milhões, em 30 de novembro de 2000, para garantir o primeiro recurso que apresentou, o administrativo, e que também perdeu. Se as decisões forem mantidas na instância final, a empresa terá que procurar resolver o problema o mais rápido e satisfatoriamente possível.

vel. Isso se não quiser perder os benefícios e favores oficiais que já usufrui, inclusive o refinanciamento de sua dívida, em condições extremamente vantajosas, pelo Refis.

Como a maioria das grandes empresas que se instalam na Amazônia com os favores do governo, a MRN não é muito simpática ao pagamento de tributos. Até mesmo a CPMF a empresa questiona. Mas os números do seu balanço do ano passado são invejáveis. Em 2002 a empresa teve um lucro líquido (de R\$ 270 milhões) que foi exatamente a metade do seu faturamento líquido (de R\$ 540 milhões). Essa altíssima rentabilidade foi alcançada enquanto a empresa investia para aumentar em quase 50% a sua capacidade de produção, que passou de 11,6 milhões para 16,3 milhões de toneladas de minério. O custo dos empréstimos contraídos para financiar essa expansão (só de juros e variação cambial) foi de R\$ 104 milhões no ano passado. Já os mil funcionários da empresa custaram-lhe R\$ 41 milhões. O capital social da MRN foi, em 2002, 10% menor (ou R\$ 60 milhões) do que o que tinha em 2000.

Uma empresa com esse perfil é realmente fator de desenvolvimento humano?

TV Pará

A equipe liderada por Afonso Klautau está de parabéns pelo TV Pará, um programa local de bom nível que estreou no dia 4, na TV RBA. Formalmente bem cuidado, das vinhetas ao cenário, conseguiu imprimir uma marca paraense, seu principal objetivo, garantindo originalidade, criatividade e qualidade ao produto. Todos os que desejam uma janela paraense na varanda globalizada e massificada da programação de televisão desejam vida longa ao programa.

Mas há uns poréns a considerar. Primeiro, o patrocínio oficial. Não ele em si, mas nas possíveis ingerências e interferências políticas. Em matéria de cultura, o governo invariavelmente age como macaco em loja de louças, como estamos vendo nesse episódio de alegado dirigismo da administração federal

no uso dos recursos públicos para o incentivo do setor. É uma limitação, real e potencial.

Outra questão é – ao menos para o meu gosto – a excessiva leveza e ligeireza do programa. Verdade que se trata de uma revista de entretenimento, mas está um tanto edulcorada demais. Podia ser mais jornalística também, sem cair no noticiário. Mais polêmica, mais incisiva. O tom risonho e franco podia também, quando necessário e adequado, trincar os dentes. Ao menos para adensar um pouco mais o molho, azeite além do ponto.

Mas há tempo pela frente. O importante é que a televisão tem um ponto de referência paraense e efetivamente televisivo, não apenas radiofônico e abusadamente carnavalesco.

Caso Paraporã: silêncio acusador

O **Jornal Pessoal** é lido por aproximadamente 12 mil pessoas. O número pode parecer pequeno (e é efetivamente pequeno), mas toda vez que ele se apresenta com sua face negativa reajo com uma pergunta reanimadora: onde vou conseguir reunir 12 mil pessoas para ouvir-me? Quem dispõe de tal auditório?

Ainda assim, sou tomado de certo desânimo quando nenhum dos meus 12 mil leitores reage à apresentação de um tema de alta relevância coletiva. Esse foi o caso da matéria da última edição a respeito de uma grave ameaça que paira sobre o Estado do Pará: ter que pagar 120 milhões de reais de indenização por uma desapropriação mal feita, em 1971, pelo então governador Fernando Guilhon. Esse valor corresponde a dois terços do que foi investido na Alça Viária, um empreendimento polêmico, mas que o governo Almir Gabriel considerou como sendo sua *opera magna*. Uma espécie de Belo Antônio de concreto e aço.

Imaginei que o assunto seria imediatamente tratado no próprio executivo, no legislativo e na própria sociedade. Deputados se manifestariam, advogados propugnavam e o Ministério Público tomaria alguma iniciativa. Nada. À falta dessas iniciativas, consultei um amigo advogado para examinarmos as alternativas que poderiam ser adotadas para evitar essa sangria desatada nos cofres públicos, ao menos enquanto se faria uma revisão do processo, senão para refazê-lo todo, ao menos para dele extrair um padrão de entendimento mais aceitável do que o erário drenar para bolsos privados um valor que está muitas vezes além do que valeria a fazenda desapropriada hoje, qualquer que fosse o desenvolvimento do projeto aprovado pela Sudam.

Poderíamos considerar a decisão que determinou ao Estado o pagamento da indenização pela desapropriação inquestionavelmente equivocada como um erro judiciário? Hoje, me diz o advogado consultado, essa tese tem muito prestígio nas cortes brasileiras. Erro judiciário não transita em julgado. Mas esse seria, efetivamente, um erro judiciário? Esta é a primeira questão submetida à opinião pública por este jornal.

A outra alternativa para enfrentar a situação nos tribunais seria através de

uma ação rescisória, com fundamento no artigo 485 do Código de Processo Civil. No entanto, essa porta provavelmente já está fechada: o prazo para a propositura de uma rescisória é de dois anos após o trânsito em julgado. Embora as informações disponíveis a respeito não sejam afirmativas, esse prazo parece já esgotado.

A terceira hipótese seria uma ação anulatória. Com base no artigo 486 do mesmo CPC, ela poderia ser tentada agora, já no processo de execução. Mas o consultor classifica essa via como “estretíssima”. Só prosperaria se fosse distribuída para um juiz disposto a afrontar formalidades e coragem para inovar. A vantagem da ação anulatória é que o prazo é de 20 anos, conforme interpretações doutrinárias e jurisprudenciais.

A possibilidade seguinte seria uma ação declaratória de nulidade de ato judicial. A Procuradoria Geral do Estado poderia ingressar com uma ação desse tipo, que também é favorecida pelo prazo vintenário.

Mas quando não cabe recurso ou ação alguma, cabe mandado de segurança, com pedido liminar. É outra possibilidade que só poderá ter sucesso se couber a um juiz disposto a “pegar o pão na unha”, como diz meu consultor jurídico. Alguém como Torquato Alencar no caso da grilagem da C. R. Almeida no Xingu (embora sua decisão em primeira instância tenha sido revogada na instância superior).

Oferece-se ainda a alternativa da ação popular, com fundamento no prejuízo que a sociedade sofrerá se o Estado tiver que arcar com tão onerosa indenização. As instituições mais qualificadas para propor essa ação seriam a Procuradoria Geral do Estado ou o Ministério Público Estadual. Mas qualquer eleitor pode ingressar em juízo para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade dos atos lesivos ao patrimônio do Estado, invocando inclusive o erro judiciário, que não transita em julgado, e um princípio de muito prestígio atualmente, que é o princípio da razoabilidade.

Por incrível que pareça, observa meu consultor, “até bem pouco tempo atrás esse princípio, que devia ser o óbvio no direito, não estava tão bem estruturado juridicamente. Ficamos

devendo essa aos alemães e seus discípulos brasileiros, Gilmar Mendes, atual ministro do Supremo Tribunal Federal, à frente, mas também o nosso Inocêncio Mártires Coelho”.

Se nenhuma dessas alternativas se sustentar, a forma de ressarcir o Erário mais adiante seria exercer o direito de regresso contra os responsáveis pelo prejuízo causado, fazendo-os pagar pelo que for cobrado da coletividade. Nesse caso, responderiam na regressiva todos os governadores vivos que sucederam a Fernando Guilhon. A ação poderia ser precedida de um inquérito civil público para a apuração de fatos e acumulação de documentos para o ingresso na via judicial.

Até agora esse tipo de ação nunca foi efetivada. Mas seria o momento de escrever a história de outra maneira. No processo da Paraporã fica a impressão de que cada novo governador parecia mais empenhado em passar em frente a batata quente do que em descascá-la. Assim, a ação regressiva não seria apenas legal, mas moralmente justa. Se nenhum dos membros do Ministério Público ousou até agora inaugurar uma nova fase na cobrança da responsabilidade civil dos governantes, o “caso Paraporã” lhes dá a oportunidade de começar uma nova etapa na nossa história.

Quem se habilita?

Tucanês

O efeito mais nefasto do modo politicamente correto é impedir as pessoas de dizer o que efetivamente pensam, ou de ver as coisas como elas são (ou se apresentam a quem as vê). Recolho um exemplo dessa confusão mental num texto de suporte a um título dado pelo jornal O Globo em matéria sobre a filha de Elis Regina: “Em seu primeiro disco solo no Rio, cantora se firma como promessa”. “Corretice” pura, ou caretice.

Novo presidente do Basa: encontro difícil com Jatene

O economista acreano Mâncio Cordeiro Lima, que no mês passado assumiu a presidência do Banco da Amazônia, tem muitos planos para a instituição. Mas precisou insistir muito e ignorar as suscetibilidades pessoais para poder apresentá-los ao governador do Estado no qual o Basa tem sua sede, num encontro que acabou acontecendo só no dia 5. Apesar de ter solicitado insistentemente uma audiência com o governador do Pará desde que tomou posse, no dia 17, Mâncio precisou esperar bastante para obter um retorno da assessoria estadual. Provavelmente não por acaso, o governador Simão Jatene não compareceu à solenidade de posse do novo presidente, para a qual foi convidado, mesmo ela tendo acontecido em Belém.

O presidente do banco, que responde por 84% do crédito de longo prazo concedido na região amazônica, compareceu logo em seguida ao gabinete do prefeito municipal, Edmilson Rodrigues. E já estava programando uma rodada de visitas aos governadores da sua área de jurisdição quando recebeu a confirmação da audiência com Jatene. O tratamento que lhe foi dispensado até então parecia ter o propósito de transmitir um recado: Jatene não está satisfeito com a situação.

Provavelmente essa insatisfação não tem a ver diretamente com a pessoa de Mâncio Lima ou com a forma da sucessão no Basa, um acreano substituindo a outro acreano (no caso, a ex-presidente Flora Valadares, que ficou durante os oito anos do consulado FHC à frente da instituição) num cargo que tradicionalmente vinha sendo concedido ao Pará. Desta vez o Estado ficou com duas das cinco diretorias, ambas preenchidas pelo PT paraense, mas perdeu o poder de mando.

Mesmo tendo sido ignorado no processo de preenchimento da direção do Basa, restrita à base aliada do governo Lula (PT e PPS, mais a intrusão de sempre do maranhense José Sarney), Jatene parece reagir mais a dois atos que considerou de descortesia ou mesmo de ofensa: a suspensão unilateral do processo de estadualização (sustada, mas ainda ameaçadora) da CDP e a inclusão – à última hora e sem entendimento prévio – de medidas na reforma tributária que irão sangrar o Pará, mantendo os benefícios e privilégios concedidos aos exportadores de produtos não-elaborados, que constituem o peso maior na balança comercial do Estado, ainda um produtor de bens primários.

Se as diferenças que levaram ao distanciamento do governo paraense não forem acertadas, Mâncio Lima vai enfrentar desde o início de sua gestão um entrave político para a execução de um programa concebido para mudar a postura e a imagem do Basa. Talvez por não ser “do mercado”, embora tenha atuado na área financeira e fazendária da administração estadual acreana, o novo presidente parece acreditar num caminho heterodoxo para o banco. Já tem algumas diretrizes na cabeça, mas pretende estimular críticas e sugestões através de um portal na internet, aberto à consulta pública.

Oriundo de um governo que se declara “da floresta”, Mâncio quer transformar o Basa num “banco verde”. Assim, conjugando es-

forços com a acreana instalada no governo Lula, Marina Silva, do Ministério do Meio Ambiente, espera conseguir recursos internacionais, além dos que já conta através do FNO e das fontes tradicionais. Além de apostar no apoio ao “desenvolvimento sustentável”, Mâncio está convencido que o Basa precisa avançar em tecnologia (da informação e bancária) e em inteligência, qualificando melhor sua mão-de-obra. A média de idade do pessoal foi um dado que impressionou o novo presidente, mais novo do que a esmagadora maioria dos seus subordinados. Boa parte da tecnologia de que o Basa necessita, ele pretende buscar no Banco do Brasil. A integração dos dois bancos federais reduziria custos e economizaria tempo.

O soba maranhense

O presidente do Senado, José Sarney, deve ter achado ardilosa e sagaz sua decisão de interromper o processo de cassação do seu poderoso par, Antônio Carlos Magalhães, decidido na Comissão de Ética, e transferir a batata quente para o judiciário. O perigoso precedente estimulou o plenário a confirmar a insólita decisão da mesa e livrar ACM do processo recomendado pela comissão técnica da casa.

O estratagema de Sarney pode ser considerado uma manobra brilhante. Mas apenas se ele for abstraído do contexto e a sociedade brasileira ignorada, a política nada mais sendo do que uma brincadeira de titãs formais, figuras imponentes e ocas. Não é exatamente assim, nem essencialmente assim, entretanto. Enquanto quebrava em Brasília a longa tradição de acatamento da decisão da Comissão de Ética e lançava marimbondos de fogo na direção do Palácio do Planalto, Sarney cuidava se esconder a mão.

Em São Luís, onde está sua origem e deverá ficar para sempre, o jornal de Sarney, *O Estado do Maranhão*, exatamente no dia em que comemorava seu 44º aniversário, excluía de sua primeira página a notícia de que a mesa do Senado decidira arquivar o parecer favorável à cassação de ACM, por grampear telefones na Bahia. Em 14 linhas, escondidas num canto inferior da página dois, o jornal registrava o fato. Não informava, porém, que a melancólica reunião foi presidida por ninguém menos do que o dono da folha.

O objetivo de tanta discrição era evitar constrangimentos evidentes. Afinal, quando a

Polícia Federal “estourou”, no ano passado, o cofre da Lunus, empresa de Roseana Sarney & Jorge Murad, o pai e sogro acusou o governo FHC de valer-se de grampos telefônicos ilegais para atingir adversários políticos. Aproveitando-se da circunstância de que a polícia agira com base em robustas suspeitas, mas não em provas, Sarney acusou o governo de comportamento “arbitrário”, “autoritário” e “fascista”, sempre procurando convencer seus ouvintes de que falava como cidadão e não como parente dos atingidos.

Por coerência mínima, se defendesse princípios e não interesses, o senador José Sarney devia se colocar contra mais esse episódio de desrespeito à sagrada privacidade das pessoas, de uso de um poder político para a consecução de objetivos pessoais, da mais anacrônica prática oligárquica, como se ACM continuasse a ser, na Bahia, o senhor de baração e cutelo dos tempos da escravidão.

Metido a intelectual, porém, Sarney parece partilhar o entendimento daqueles que acham que a história não é aquela que se faz, mas a que se escreve. Ao menos em seu curul, a história seria aquela que *O Estado do Maranhão* manipula, obedecendo as ordens de seu demiurgo. Daí a notícia escondida e envergonhada.

É essa a política praticada nas satrapias brasileiras. E Brasília nem se importa com isso, qualquer que seja o ocupante do Palácio do Planalto. Afinal, como alerta Guimarães Rosa, sertão é isso mesmo. Melhor ficar lá longe, no país litorâneo.

O jornalista, professor e escritor Osvaldo Coimbra deverá provocar muita polêmica com o livro que deverá lançar dentro de um mês sobre o movimento militar de 1964 no Pará.

A rigor, não diz nada de novo. Mas simplesmente pelo fato de reunir as informações que coletou numa rápida e simples pesquisa nos arquivos de jornais e colocá-las em letra de forma, deverá desagradar a gregos e troianos, que se unem para fazer esquecer o passado, iludir sobre o presente e poder continuar a mandar no futuro. O resultado do levantamento de Coimbra haverá de apresentar suas falhas, como já se pôde constatar na *avant-prémère* de suas entrevistas. Evidentemente, espera-se que as pessoas habilitadas se apresentem para as erratas. Pior que tudo é esse silêncio, marcante na crônica parense. Agitando as águas, Coimbra pretende desencadear a necessária oxigenação para o diálogo, como deixa claro na carta que me enviou, antecipando alguns dos pontos do livro.

Segue-se seu depoimento.

Aceitei o seu estímulo para que fosse adiante na busca dos esqueletos (na verdade, as informações) escondidos no armário (na verdade, o noticiário) de 1964. O resultado desta busca vai ser publicado no livro já em fase de revisão final, a ser editado pela PakaTatu, sob o título de “A denúncia de frei Betto contra o arcebispo do Pará, em 1964: Dom Alberto Ramos mandou prender seus padres”.

No livro, me concentro na atuação dos membros da Igreja Católica, que, estimulados pelas encíclicas do papa João XXIII, se engajaram na luta por Justiça Social, e se sentiram abandonados e traídos pelo arcebispo do Pará. Mas, através deste livro, gostaria de poder estimular outros colegas jornalistas a prosseguirem na pesquisa de um tema – o Golpe Militar de 1964 – que afetou tanto o destino do Brasil e de várias gerações de brasileiros. Um tema já quase exaurido

Onde os esqueletos

fora do Pará e aqui, estranhamente, ainda é pouquíssimo pesquisado.

Como retribuição a seu estímulo, estou enviando para o **Jornal Pessoal** um primeiro roteiro, bastante fácil de ser seguido, por quem queira encontrar rapidamente nas coleções dos jornais de Belém guardadas na Biblioteca Pública – algumas já microfilmadas – algumas das matérias mais relevantes sobre este assunto.

Dom Alberto Ramos - O mês de abril de 1964 foi o das colaborações públicas que prestou aos golpistas. Na coluna da arquidiocese, na *Folha do Norte* de 2 de abril de 1964, ele elogiou a iniciativa dos organizadores da marcha que, invocando Deus, a família e a liberdade, teve como objetivo dar a impressão de apoio popular aos golpistas. No dia seguinte, o arcebispo deu uma entrevista ao mesmo jornal pedindo as bênçãos de Deus para os militares que tinham derrubado João Goulart.

A 7 de abril, *A Província do Pará* divulga as três duras medidas que ele havia anunciado diante de seus padres, cônegos e monsenhores, no dia anterior, numa matéria que mostrava ter o arcebispo quebrado o sigilo das reuniões do clero com a intenção de tornar públicas aquelas suas ações. As medidas eram as seguintes: 1ª.) nenhum religioso, sob pena de perder imediatamente suas ordens, poderia dar asilo a alguém perseguido pelos militares, sem comunicar isto ao arcebispo; 2ª.) ficava suspenso o funcionamento do Movimento de Educação de Base (MEB), criado e mantido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, e, no Pará, colocado sob responsabilidade do padre Aloísio Neno, que havia sido preso pelos militares. 3ª.) nenhuma dependência do prédio da Ação Católica poderia ser usada, sem autorização por escrito do próprio arcebispo ou de seus dois bispos auxiliares. Esta medida visava, obviamente, evitar, a reinstalação do MEB.

No dia 9 de abril, na coluna da arquidiocese de *O Liberal*, dom Albert anuncia que mandara um telegrama para o general Castelo Branco externando sua satisfação por saber que ele havia sido indicado para o lugar de João Goulart. Seis dias depois, a 15 de abril, na coluna da arquidiocese da *Folha do Norte*, reivindica para si o mérito da iniciativa da celebração, por ele próprio, com toda a pompa, na Catedral, de uma missa em louvor do governo do general Castelo Branco, que tomara posse naquele dia. Isto porque o governador Aurélio do Carmo mandara anunciar no jornal que a missa era uma iniciativa oficial de seu governo. Na coluna, dom Alberto convoca

para a missa as agremiações católicas, as comunidades religiosas, o cabido metropolitano e todo o povo. E diz que a missa ia rezada “para que o novo presidente da república seja feliz na árdua missão que hoje a Nação lhe confere”.

Na catedral reuniram-se chefes do golpe militar no Pará e políticos que queriam agradá-los, tentando manter seus mandatos. Neste mesmo dia, 15 de abril, *O Liberal*, imprimiu uma edição com amplas notícias daquele evento. No dia seguinte, foi a vez da *Folha do Norte*. Este jornal registra o uso na missa até do Hino do Congresso Eucarístico Nacional, realizado havia pouco tempo, em Belém. O jornal mostra também que, diante dos chefes golpistas, como o general Orlando Ramegem, comandante militar da Amazônia, do almirante Milton Coutinho Marques, comandante do 4º. Distrito Naval, e do representante do general Bandeira Coelho, que logo iria chefiar uma devassa no governo de Aurélio do Carmo, dom Alberto não só elogiou demoradamente o golpe militar como admitiu que a “intriga comunista havia se infiltrado até nas famílias cristãs”, abrindo caminho para novas repressões contra católicos.

No dia 23 de abril, na coluna da arquidiocese na *Folha do Norte*, dom Alberto diz que iria viajar até o Rio de Janeiro para convidar o padre Peyton a trazer a Cruzada do Rosário – outra manifestação de ruas em apoio aos golpistas. O padre norte-americano suspeito de trabalhar para o serviço de inteligência norte-americano, CIA, seria, depois, anualmente homenageado pelos governos do ciclo militar.

Monsenhor Faustino de Brito – Dom Alberto diz na coluna da arquidiocese publicada pela *Folha do Norte*, no dia 21 de abril, que designou o monsenhor, vigário da Catedral, na Marcha da Família, com Deus pela Liberdade, para “interpretar o sentimento da população católica”. O discurso do religioso é programado para encerrar a marcha, diante da Basílica de Nazaré, como mostra a própria *Folha do Norte*, numa ampla cobertura, no dia seguinte, 22 de abril.

Diante da multidão reunida pelos golpistas, ele faz um discurso violentíssimo, tripudiando sobre os estudantes e sindicalistas que estavam presos. Diz que se os militares não tivessem salvado o Brasil do regime comunista, as igrejas seriam transformadas em estrebarias e as freiras violentadas. Chama o comunismo de “flagelo de Deus”, e “baba pestilenta da traição a Deus e à Pátria”. Quando o religioso acabou de falar, as portas da basílica foram

estavam em 1964?

abertas para acolher os manifestantes. Quinze anos depois, monsenhor Faustino renegaria aquilo que ele havia dito então, numa matéria publicada pelo jornal *O Estado do Pará*, no dia 8 de abril de 1979.

Cônego Ápio Campos – Escreveu dois artigos na *Folha do Norte*. No dia 19 de abril era “A Igreja entre dois mundos”, e, a 26 de abril, “Descomunicação”, adotando uma posição ambígua e desagradável, como ele dizia seria a da própria Igreja Católica, caso a instituição tivesse de se definir politicamente. Ao mesmo tempo em que parecia compreender a posição dos padres que estavam sendo perseguidos pelos militares, considerava a “descomunicação” do país uma tarefa necessária. Isto num momento em que membros da Igreja Católica, engajados na luta por Justiça Social, estavam presos e eram apresentados à opinião pública como comunistas.

Avelino Henrique – O radialista apresentado por Jarbas Passarinho no seu livro “Na Planície” como um dos colaboradores dos grupos clandestinos de civis golpistas de Belém, atuou como apresentador dos oradores da Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade, segundo a *Folha do Norte*, edição de 22 de abril

Coronel José Lopes de Oliveira (“Peixe Agulha”) - O homem de confiança de João Goulart, nas Forças Armadas na Amazônia, como o presidente teria confidenciado a Benedito Monteiro (dito no livro do escritor, “Transtempo”), surpreendeu os universitários reunidos na sede da União Acadêmica Paraense, na avenida Governador José Malcher. No dia 2 de abril invadiu a sede da UAP, numa operação de guerra, comandando pelotões da polícia do Exército que portavam fuzis metralhadoras, lança-chamas e cassetete. Com a invasão até um “teatro de bolso” dos estudantes foi destruído. Isto está numa matéria de página inteira em *O Estado do Pará*, 3/4 de junho de 1979, com o título “A esquerda de sonhadores acabou no tapa”.

Pedro Galvão. Era o presidente da União Acadêmica Paraense. Foi preso, na invasão da sede da sua entidade (*O Estado do Pará*, 3/4 de junho de 1979).

Rui Barata - Advogado e professor da Faculdade Filosofia da Universidade do Pará, foi preso na casa de um parente na Braz de Aguiar, no dia 2 de abril. *A Folha do Norte* noticiou sua prisão no dia 3 de abril. Em outra matéria, de 15 anos depois, Barata revela que em 1964 houve tortura do “pessoal que foi preso na orla marítima”, e ficou sob responsabilidade

da Marinha. Disse então: houve “muita pancada, muito choque elétrico, muito pau-de-arara”. E concluiu: “Quem sofreu tortura foi gente anônima da beira do cais” (*O Estado do Pará*, 2 de abril de 1979)

Cláudio Dias - Apresentado como o pecuarista que foi “um dos mentores” do golpe no Pará, pelo *O Estado do Pará*, numa reconstrução feita pelo jornal em 1979 (edição de 8 de abril). Nesta matéria, o pecuarista fala dos contatos dos que os fazendeiros do Pará mantiveram permanentemente com os de outras regiões do país e revela: “percebi que todos os fazendeiros estavam se armando e distribuindo armas por todas as suas propriedades para serem usadas na eventualidade de termos que enfrentar as esquerdas organizadas da época”. Revela também que entregou um relatório completo sobre os principais líderes esquerdistas do Pará no Quartel General da 8ª Região Militar, de Belém. Diz que fazia reuniões diárias na sua casa para conseguir adesões “e estabelecermos o plano final para o levante”. Entre os conspiradores, ele mencionou “Jarbas Passarinho, Alacid Nunes, Clóvis Moraes Rego, José Alberto Couto da Rocha, Laércio Franco”. Por fim, acrescentou: “Concomitantemente nossas esposas organizavam junto à Igreja a famosa marcha por todos conhecida como ‘Deus pela família’”.

Juiz Levy Hall de Moura - O juiz colega de faculdade e amigo da educadora Maria Annunicada Chaves e irmão do desembargador Sílvio Hall de Moura, foi preso na comarca da Conceição do Araguaia, segundo a *Folha do Norte*, de 11 de abril. No dia seguinte, dia 12, o mesmo jornal trazia uma grave ofensa a ele numa matéria intitulada “Juiz comunista não merece fé”. Nela o jornal dizia que Evandro do Carmo, primo do governador e secretário de Segurança Pública, tinha recebido um ofício de Levy pedindo providências contra o delegado de polícia de seu município, que estava cometendo atos de extrema violência. O ofício, segundo o jornal, mereceu um despacho do secretário, no qual ele afirmava que juiz comunista não merece fé, e que Levy era um “péssimo elemento que envergonha a toga, que veste, desmoralizando com seus atos a soberania da Justiça”.

Hélio Gueiros – Como já vimos, ele tinha viajado com o então governador do Pará para assistir à posse do general Castelo Branco. Em 15 de abril, *O Liberal* anuncia na capa a cassação do mandato do deputado Benedito Monteiro, pela Assembléia Legislativa, numa sessão que ti-

nha sido transmitida por todas as rádios da cidade. Benedito, naquele momento tentava escapar com vida, nas matas próximas de Alenquer, de uma perseguição movida contra ele por uma patrulha que tinha ordens para matá-lo. Seu pai tinha sido detido.

Benedito, na condição de líder do Partido Trabalhista Brasileiro, aliado do PSD, havia servido ao governo de Aurélio do Carmo, como Secretário de Obras e chegara a viajar com ele e com o líder do governo na Assembléia Legislativa, Hélio Gueiros, à Tchecoslováquia, conforme o livro “Transtempo”. Hélio era também o diretor de *O Liberal*, naquela fase pré-Rômulo Mariorana. Esquecido de tudo isto, Hélio, segundo o jornal que ele mesmo dirigia, naquela sessão, “em nome da maioria disse que a Assembléia Legislativa estava agindo corretamente eliminando de seus quadros um elemento que não escondia, sua crença na ideologia comunista, e portanto subversiva, ao regime democrático”.

Na mesma edição, também na capa, Hélio era elogiado num longo artigo assinado apenas com as iniciais C. R. O autor chamava-o de “jovem e brilhante” líder do PSD, “cuja pena de jornalista jamais se arreceiou de profligar as manobras em que se distendiam sobre a nação os tentáculos do polvo vermelho que quase nos chega a estrangular”. Seu discurso na sessão de cassação é classificado no artigo de “vibrante, exato e fiel aos postulados, do regime e da lei”. O artigo aparentemente visava reduzir as resistências que Hélio encontrava entre os comandantes do golpe militar, apesar de seu empenho em agradá-los.

Quando *O Liberal* noticiou a intervenção militar nas secretarias do governo de Aurélio do Carmo, no dia 25 de maio, e, quatro dias depois, a recusa do então governador de depor na Comissão de Investigação Sumária, chefiada pelo general Bandeira Coelho, Hélio foi chamado pelo telefone para conversar com o coronel José Lopes de Oliveira, no quartel do Exército. Chegando lá recebeu ordem de prisão, a qual se prolongou por sete dias, seis dos quais ele ficou em regime de incomunicabilidade (*O Liberal*, edições de 2, 6 e 8 de junho). No dia 7, ele foi libertado. No dia seguinte, 8, Aurélio teve seu mandato cassado. Dois dias depois (10), o jornal dirigido por Hélio saía com esta manchete: “O PSD do Pará apóia o nome de Jarbas Passarinho ao Governo”. E em uma de suas páginas internas registrava, em outra matéria, os “Novos cumprimentos a Jarbas Passarinho”.

Aurélio do Carmo – Considerado um governador democrata, capaz de atender

em audiência, no palácio do governo, até os jovens representantes dos alunos secundaristas de Belém, embora sempre fosse acusado por eles de ser corrupto, fez o que pôde para ser aceito pelos golpistas entre 1º de abril até 8 de junho quando foi cassado. Foi assistir a posse de Casrtelo Branco, mandou rezar missa por ele na catedral, publicou anúncio oficial nos jornais apoiando o golpe, e, sobretudo, colocou sua polícia para perseguir e prender quem os golpistas quisessem afastar da vida pública.

Nada disto adiantou. Mas saiu com dignidade do seu cargo. Recusou-se a ceder às imposições do general Bandeira de Coelho, que queria humilhá-lo fazendo-o depor perante a comissão que ele chefiava. No dia 29 de maio, *O Liberal* trazia como manchetes duas frases suas: "Resistirei às baionetas no meu peito", e "Recuso-me a depor. Não sou réu. Só tenho de prestar contas ao legislativo".

Gerson Peres. Foi o único deputado a ensaiar a se preocupar com o direito de defesa de Benedito Monteiro, na sessão de cassação de seu mandato na Assembléia Legislativa, embora tenha proposto algo completamente inexecutável: que Benedito fosse convocado através de edital a se manifestar. Mesmo não tendo sido ouvido, terminou votando a favor da cassação (*O Liberal*, 15 de abril). Foi visto acompanhando a Marcha da Família com Deus pela Liberdade pelo colunista Odacyl Catette, que registrou isto, em *O Liberal*, 22 de abril.

João Reis – Era o vice-líder da bancada de deputados liderada por Benedito Monteiro, a do PTB. Comensal da casa de Benedito, liderou seus companheiros de partido na traição a ele. Todos aprovaram a sua cassação, assim como Dionísio Bentes de Carvalho, que presidiu a sessão da Assembléia Legislativa, Álvaro Kzan, José Maria Chaves, Geraldo Palmeira, Gérson Peres, Flávio César Franco, João Reis e mais 28 deputados não identificados. (*O Liberal*, 15 de abril). Dois dias depois, (17), a *Folha do Norte* revelou que cada deputado recebeu por aquelas poucas horas que durou a sessão de cassação – convocada extraordinariamente, de modo desnecessário – mais do que ganhava num mês.

Ana Diniz – Jovem aluna de colégio católico, respeitada no movimento estudantil por sua inteligência precoce, foi presa acusada de contribuir com o Movimento de Educação de Base, comandado, no Pará, pelo padre Aloísio Neno. A *Folha do Norte* desrespeitou também sua privacidade ao noticiar sua prisão, de modo falseado, no dia 19 de abril, em matéria de título "A jovem de 17 anos era comunista", na qual revelava seu endereço completo.

Monumenta, sim: "ma non troppo"

Com mais de dois anos de atraso, Belém foi finalmente incorporada ao Programa Monumenta, que o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Ministério da Cultura idealizaram para restaurar os sítios históricos urbanos do Brasil. Belém era uma das prioridades do programa, juntamente com São Luiz, Recife, Olinda, Ouro Preto, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo, as cidades selecionadas para receber os 200 milhões de dólares da primeira etapa do empreendimento, o maior já idealizado até agora no país nessa área.

Mas os desentendimentos entre a prefeitura e o governo do Estado não permitiram que a capital paraense se habilitasse no tempo regular previsto pelo BID e o Minc. Como agora o presidente da República e o prefeito de Belém são do mesmo partido, Brasília decidiu atracar Belém ao programa, já em curso, esperando que o governo se incorpore à iniciativa. Por isso as festas do último dia 30, no Palácio Antônio Lemos, quando o ministro Gilberto Gil entregou a Edmilson Rodrigues a carta-convite de participação de Belém no Monumenta.

Como de praxe, a propaganda municipal inundou a imprensa e o público de informações sobre a importância do ato. Em Belém o Monumenta destinará cinco milhões de reais para o projeto Boulevard, que integra o programa Ver Belém. O Boulevard prevê a restauração de 15 imóveis tombados pelo Iphan, todos localizados na área de maior concentração de prédios históricos da cidade. Está prevista também a restauração das igrejas de Santana, do Rosário, do Carmo e das Mercês, e do Palacete Pinho, além de várias praças e melhorias na parte elétrica de áreas do centro histórico.

Mas o Monumenta-BID não se limita a restaurar os centros históricos tradicionais, como os empreendimentos convencionais. Ele inclui a revitalização de toda a área atingida pelo projeto Boulevard (Cidade Velha, Campina e Reduto), fomentando as atividades culturais, o comércio e o turismo. Também investe na melhoria das condições de habitação.

Não param aí as inovações do Monumenta. O programa requer uma

contrapartida dos poderes públicos e empresas privadas. Em termos nacionais, além dos 30 milhões de dólares do empréstimo do BID, prevê o investimento de US\$ 30 milhões de investimentos federais, a fundo perdido, mais US\$ 20 milhões de contrapartida dos Estados e municípios e US\$ 12,5 milhões de patrocínios a instituições e empresas privadas. A esses recursos, há a expectativa de induzir US\$ 75 milhões de investimentos privados, chegando aos US\$ 200 milhões do orçamento.

Paralelamente à intervenção restauradora nos sítios históricos, o Monumenta se propõe a atuar em educação e divulgação, promoção turística, capacitação e formação de mão-de-obra, reestruturação e fortalecimento institucional. Mas exige das cidades que pretendem se habilitar às suas verbas o equilíbrio fiscal, capaz de lhe possibilitar assumir o compromisso pela contrapartida aos recursos do banco. O interessado tem que demonstrar geração de poupança líquida positiva nos três últimos balanços publicados.

Nas festas e depois delas, como de praxe, a prefeitura não esclareceu os pontos que permanecem obscuros sobre a execução do Monumenta em Belém. O primeiro é óbvio: o governo do Estado terá que ser co-participante do programa? Se essa cláusula continua em vigor, por que o governo não tomou parte nas festividades realizadas durante o périplo do ministro Gil? Foi justamente a falta de um entendimento entre as duas esferas do poder público que retardou a inclusão de Belém no programa.

Outro ponto a esclarecer é quanto aos R\$ 5 milhões alocados. Evidentemente esse dinheiro não dará para realizar sequer uma parte considerável das obras previstas pelo projeto Boulevard. Se esses R\$ 5 milhões são exclusivamente do BID, dos governos nacional, estadual e municipal, além da iniciativa privada, terão que sair R\$ 20 milhões, a julgar-se pela proporção estabelecida no programa nacional. Alguém já sondou esses parceiros compulsórios? Ou, por enquanto, como seria de se esperar de uma Refestança, o negócio é fogo de artifício?

Água e energia: a nosso favor?

Escrevi o texto abaixo como prefácio para o livro Escritos sobre a Água, de Mayron Régis, Rogério Almeida, Glenn Switkes e Bento Rixen (Fórum Carajás, São Luís, 70 páginas, formato pequeno). Acho que pode interessar ao leitor paraense.

Minha geração formou seu conhecimento a respeito de energia a partir de dois pressupostos, premissas ou, no seu extremo, princípios. O primeiro, econômico: energia é desenvolvimento. O outro, ecológico (*avant la lettre*): a energia dos rios é a mais limpa que existe.

Entre a assimilação desse conhecimento e sua prática, ocorreu, a partir de 1973, com a elevação do preço do petróleo, o choque da energia. O mundo se reciclou a partir da tomada de consciência de que a energia é cara e, em algumas formas, as mais convencionais, finita. A reciclagem não foi exatamente uniforme e geral. O primeiro mundo, que tem condições de se antecipar às transformações históricas, saiu na frente. Tratou de transferir processos produtivos que exigem muita energia e agregam pouco valor ao produto, naquela larga faixa intermediária entre a matéria prima e o bem industrial. Foi o que nos coube: desperdiçar nossa energia com os semi-elaborados. Ficar com o lixo do processo e entregar o filé para os mercados ultramarinos.

Por conta dessa mudança, nossa energia não está nos desenvolvendo (pelo contrário, está nos *subdesenvolvendo*) e seu custo ambiental está chegando a patamares inaceitáveis, francamente negativos. Só os tributários da margem direita do rio Amazonas, em território do Pará, têm um potencial energético equivalente a metade de toda a capacidade instalada atual de energia do país. Em função disso, o Estado pulou rapidamente para a linha de frente dos geradores e exportadores de energia.

Tornou-se uma das províncias energéticas nacionais (e internacionais, já que a quase totalidade da energia transformada em mercadoria é mandada para o exterior). Mas a energia, embutida em bens intermediários, só gera seu efeito multiplicador no local de consumo – em outro Estado ou em outro país, mas sempre fora do território amazônico. Quinto maior produtor de energia, terceiro maior exportador, sétimo maior exportador, segundo em saldo de divisas, nono em população, o Pará é 16º em IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). De província, se tornou colônia energética.

Como a nova divisão internacional do trabalho, moldada pela crise de energia, transferiu para as colônias e satélites os processos primários de transformação dos recursos naturais em bens econômicos, um número cada vez maior de empreendimentos eletrointensivos se estabeleceu e continua a se estabelecer na Amazônia.

Quando a Eletronorte foi criada, justamente no ano de 1973 (foi a pronta resposta dos japoneses para uma crise que ameaçava as bases de sua economia, aplicada a 20 mil quilômetros do seu território, onde implantariam uma fábrica de alumínio que supre 15% de suas necessidades do metal), o Pará precisava de uma usina de, no máximo, 300 mil quilowatts para atender sua demanda com folga de duas décadas. Mas a hidrelétrica de Tucuruí foi projetada inicialmente para 2 milhões de kw, em seguida para o dobro e, afinal, com a viabilidade, para o quádruplo. A escala deixava de ser amazônica para se tornar planetária. A Amazônia no mundo pela vontade unilateral do mundo.

O problema é que os volumosos rios da Amazônia são de planície. Tendo pouca declividade natural, para alcançar o volume de energia requerido precisam ser represados por enormes barragens, que, por sua vez, acarretam a inundação de áreas extensas, em geral cobertas por densa vegetação. Verificamos que essas hidrelétricas provocam efeitos danosos à natureza e aos homens, de imediato e permanentemente, sob a forma de desastre ecológico, ou através da lenta destruição do equilíbrio da natureza. Estamos vendo que

a hidreletricidade não é tão limpa quanto ela nos foi vendida por gerações de “barrageiros”.

Essa novidade benfazeja da segunda metade do século passado, a ecologia, nos permitiu ver o que, estando diante dos nossos olhos, parecia estar além da nossa percepção. Encarada como modismo (e às vezes usada como efetivo modismo), ela se infiltrou nos cálculos quantitativos, subvertendo-os, para que aproximássemos os números da grandeza do homem, permeada de subjetivismos e imaterialidades.

É uma conquista da qual não podemos mais abrir a mão: submeter a contabilidade canhestra da engenharia e da economia ao cálculo mais profundo da relação da obra física com o homem e o seu ambiente. O rio é muito mais do que energia. Ele é a seiva da biodiversidade e a fonte indispensável da civilização amazônica.

Mas às vezes o combate da elucidação precisa começar no próprio terreno econômico. Nem o cálculo mais obtuso está certo. A acentuada redução no volume de águas entre o inverno e o verão reduz a potência firme das grandes hidrelétricas abaixo do limite de viabilidade, que é de 50%.

Para uma capacidade nominal de 4,2 milhões de kw, a energia firme de Tucuruí, na primeira etapa, é de 2,1 milhões de kw. Para os 8,3 milhões de kw da segunda etapa, a média será de 3,3 milhões de kw. Para manter uma energia constante viável será preciso fazer novos aproveitamentos a montante, no rio Tocantins. O que significará reduzir o grande rio, o 25º maior do mundo, a reserva de energia de grandes consumidores, privilegiados por tarifas subsidiadas. Tal destino está reservado à segunda grande bacia a ser aproveitada, a do Xingu, em escala ainda maior.

Água, energia e desenvolvimento são temas fundamentais para entender o presente na Amazônia e, tentando corrigir seus erros e distorções, criar um futuro melhor para a região, invertendo a equação viciada que nos tem sido imposta. É o desafio que os autores deste livro procuraram enfrentar. A tarefa é exigente e complicada, mas, se não a enfrentarmos, vamos nos condenar a encerrar o ciclo da nossa geração sem os referenciais do passado e sem qualquer perspectiva de horizonte decente e compensador, para nós e para os que nos sucederem. Não terá valido a pena viver numa região tão importante, num período da história tão excepcional, se não formos capazes de legar aos nossos sucessores um mundo melhor do que o que recebemos.

Alcaide ataca ao seu estilo

Conheci Pierre Verger no final da década de 60, em Salvador. Desde então me tornei admirador do seu trabalho como fotógrafo e etnólogo, e também da sua coragem de assumir o que pensava e levar suas convicções às últimas conseqüências. Por conhecimento e vivência, tornou-se uma das referências inevitáveis sobre a cultura brasileira, particularmente a participação africana na formação do nosso país.

Graças à sua face de jornalista, também nos legou inestimáveis testemunhos visuais sobre o Brasil. Sua série de fotos sobre o Ver-o-Peso tem, ao mesmo tempo, valor documental e artístico inigualáveis. Essa combinação de amplitude e profundidade, combinada com uma capacidade de ser múltiplo (chegando à alteridade, que lhe permitiu juntar em sua personalidade as culturas africana e européia, fazendo-o adotar um nome mais satisfatório, o de Pierre Fatumbi Verger), se destacam na vida e na obra desse brasileiro adotivo.

Por isso, foi com grande alegria que recebi o convite para participar do seminário *Um encontro com Verger*, que se realizou no dia 30, como parte da exposição *O olhar viajante de Pierre Fatumbi Verger*. Minha tarefa no encontro, ao lado de outros três expositores, seria falar do contexto da imprensa brasileira e paraense nos anos 40 e 50, da imagem da Amazônia nas revistas, e sobre a condição de Verger fotoperjornalista, repórter da revista *O Cruzeiro*, de passagem pelo Pará.

Ao saber da minha presença no seminário, o prefeito Edmilson Rodrigues vociferou: não a admitiria. Pessoalmente, fez o veto, aproveitando-se da circunstância do patrocínio do Museu de Belém, que é municipal. Alegou que eu era um crítico contumaz de sua administração e certamente a atacaria de novo, em mais essa oportunidade. O intermediário no contato, constrangido, precisou me “desconvidar”.

A princípio, aceitei a grosseria com espírito olímpico, testado em tantos episódios semelhantes. Mas depois percebi o alcance do interdito do nosso desenhista-de-parede (Adolf também tinha – digamos assim – pendores artísticos): o ministro da cultura, Gilberto Gil, estaria na mesa-redonda, sacramentando a tarde, pequena e ainda pouco esclarecida participação de Belém no projeto Monumenta.

O alcaide, que não se dá bem com a crítica, ficaria ainda mais incomodado se, eventualmente, a gestão cultural do seu governo fosse criticada e o urubu, travestido de pavão, fosse desmascarado em suas verdadeiras penas. Era preciso, portanto, colocar o indesejado para fora da festa. Sem piedade e sem atropelo maior, já que a vontade do chefe prevaleceu sobre as regras de educação, civilidade, democracia e compostura.

Mas tudo bem: nem a glória de Verger será perturbada, nem eu me sentirei menor do que sou. O gigante é que, mais uma vez, revela seu traço identificador: o dedinho.

Expansão

Apesar de estar em franca expansão e comemorar uma administração eficiente, que bate recordes de produção e produtividade, os números do pólo de alumina e alumínio de Barcarena, o maior do país, de dimensão internacional, são preocupantes. Os prejuízos registrados no ano passado por Albrás (184 milhões de reais) e Alunorte (R\$232 milhões) somaram quase R\$ 417 milhões. Os prejuízos acumulados pelas duas empresas, que havia sido de R\$ 990 milhões em 2001, subiu para R\$ 1,4 bilhão no ano passado, praticamente iguais (R\$ 691 milhões da Albrás e R\$ 700 milhões da Alunorte). O exigível a longo prazo, de R\$ 2 bilhões em 2001, chegou a R\$ 2,6 bilhões em 2002, com uma elevação de 65% no exercício na Alunorte, que passou de R\$ 1,5 bilhão.

Esses números desfavoráveis se devem à variação cambial e aos investimentos que as duas empresas fizeram, principalmente a Alunorte (que dobrou de tamanho e vai duplicar outra vez), para expandir sua capacidade de produção. A despeito dessas circunstâncias, fica a constatação de que o ciclo de endividamento e prejuízo é contínuo para que a produção aumente na busca de rentabilidade em competição com os preços relativos instáveis e decrescentes do produto. Ou seja: o pólo gira para morder o próprio rabo.

Qual dos PTs saiu ganhando?

Quem ganhou na ocupação dos dois principais cargos da administração federal na Amazônia: o PT do Acre, que ficou com o Basa, ou o PT do Pará, a quem coube a ADA (a Agência de Desenvolvimento da Amazônia)? A resposta comporta variações, mas uma coisa é inquestionável: o governador Jorge Viana, o político da Amazônia com trânsito mais fácil junto ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (reforçado pelo irmão, Tião Viana, líder do governo no Senado), nunca cobiçou a ADA. Seu alvo sempre foi o Banco da Amazônia.

O PT paraense, que a princípio parecia em condições de pleitear as duas posições, foi despatchado para dois cargos na diretoria do Basa e só conseguiu a confirmação da ex-deputada Maria do Carmo Martins dias depois da posse de Mâncio Lima. E quando o superior dela, o ministro Ciro Gomes, já começava a admitir que a Sudam poderia ressuscitar. A volta da Sudam, extinta em 2000, significaria que a ADA poderia ser extinta ou então sairía enfraquecida, numa nova recomposição institucional.

Enquanto a situação da Sudene parece consolidada, sem nenhuma possibilidade de desaparecer, a indefinição sobre o órgão do desenvolvimento amazônico lança uma sombra sobre o papel que a ADA poderá desempenhar – e, por conseqüência, a importância da atuação de Maria do Carmo. Já em relação aos bancos regionais, a situação é inversa: Ciro Gomes criticou abertamente o Banco do Nordeste, por manipular os recursos do FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste), usando-os como capital de giro. Nenhuma palavra sobre o Basa. Não caberia?

Pessoas ligadas ao grupo acreano dizem que Jorge Viana está convencido que o Basa será mais importante para a política regional do que a ADA, principalmente se o banco conseguir abrir linhas internacionais de financiamento e emplacar a imagem de “banco verde”, que Mâncio Lima quer estabelecer. De qualquer maneira, porém, o tortuoso processo de preenchimento dos cargos e os nem sempre visualizáveis critérios de escolha dificultam a identificação de uma marca Lula na Amazônia.

Porto à deriva

No dia 7 de março o Ministério dos Transportes suspendeu o processo de transferência para o governo estadual dos oito portos administrados pela Companhia Docas do Pará, que havia sido formalizada através de convênio assinado em dezembro do ano passado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e o governador Almir Gabriel, a 15 dias de encerrarem seus mandatos. O ministro Anderson Adauto justificou a medida argumentando que o modelo de gestão da CDP ainda não havia sido suficientemente discutido com a sociedade e que o próprio governo federal tinha, no mínimo, dúvidas a respeito.

Um mês depois o ministro dos transportes submeteu ao chefe da Casa Civil da Presidência da República, José Dirceu, os nomes dos novos diretores da CDP, indicados pelo próprio Adauto. No dia 22 de abril as indicações foram aprovadas por Dirceu e o ministério convocou uma assembléia da empresa para eleger os novos diretores. Dois dias depois, porém, a Casa Civil voltou atrás. Num lacônico comunicado, determinou a suspensão da assembléia e do preenchimento da diretoria da CDP. O quase-ex-novo-outra-vez presidente, Rogério Amado Barzellay, que pela segunda vez ia assumir o cargo, teve que voltar atrás. O próximo capítulo dessa ópera-bufa ainda não é conhecido.

Qualquer cidadão confrontado com esse enredo tragicômico haverá de pensar que a presidência da CDP é o mais importante e cobiçado cargo da administração federal no Pará, a despertar cobiça e provocar paixão na sua disputa. Nos últimos anos, o preenchimento da diretoria da

empresa tem sido um jogo de cadeiras, sujeito a lances histriônicos, mais do que um cabo-de-guerra, no qual a força é medida abertamente, sem truques.

Ao que parece, não está propriamente em questão a competência dos dirigentes ou a anteposição de planos de ação para uma empresa problemática, cujos armários abrigam os mais variados e surpreendentes esqueletos. A começar pela incapacidade de definir o sistema portuário estadual, dotado de integração, sinergia e eficiência, sem que uma parte se encoste na outra e viva das migalhas dos dois portos inegavelmente rentáveis (Vila do Conde e Miramar), mas não necessariamente bem geridos, e se prejudique na problemática administração geral. Incluindo essa *comédia dell'arte* que é a Estação das Docas, na qual o Estado não paga os aluguéis dos três armazéns à CDP e esta não quita sua dívida de IPTU com a prefeitura. Um faz-de-conta que não tem fim (quanto ao começo, todos fazem questão de apagá-lo).

Nesse jogo só para iniciados, é difícil visualizar os gatos pardos que deslizam como pretos pelos tetos de zinco quente ou tirar o gato da tuba. Agora quem tem a jurisdição sobre a CDP é o PL. Desconfia-se que não é pelos mais elevados interesses coletivos que o partido entrou no antigo *imbróglio*, inaugurado por desavenças entre o PSDB e o PMDB e renovado pelo PT. Barzellay, por exemplo, seria homem de Jader Barbalho no primeiro confronto. Agora, se assemelha mais àquele senador de grandes bigodes e casacão antiquado, de cantor de bolero, mas especialista em agir sem aparecer. O PT, ainda neófito nas sutilezas do

poder, mas que pretende exercê-lo para valer, mesmo que batendo cabeça, gingou para os dois lados e equilibrou na inércia. Quem a romperá agora?

Se não for por mais um lance de sagacidade dessas raposas antediluvianas, talvez venha a ser quebrado pelos problemas que se vão acumulando no dia-a-dia das pessoas que efetivamente trabalham e necessitam dos serviços portuários, ou deles dependem para sua sobrevivência. De sua parte, o governo federal não deu um sinal sequer de que seu interesse pelo setor se reavivou. Já o governo estadual, que criou uma companhia com o objetivo de absorver as concessões da CDP, na sua primeira incursão no setor, com a Enasa, se notabilizou mais por liquidar de vez o deteriorado patrimônio recebido, alienando navios e descurando serviços, do que por uma ação revitalizadora num setor cuja vitalidade contrasta com a incúria dos seus gestores públicos.

Problemas há – e de sobra. Não são insolúveis, nem bichos de sete cabeças. Mas só podem ser resolvidos se forem enfrentados – e enfrentados com o que tem faltado: competência e verdadeiro espírito público. Enquanto permanece a indefinição, os exportadores, maiores prejudicados pelo descaso e as confusões políticas, ameaçam colocar máquinas na rua para protestar e chamar a atenção para o colapso do porto de Belém, produzido mais pela ação negativa do que pela decisão positiva.

Nem precisam: as vias de acesso ao porto já estão congestionadas de caminhões com madeira e contêineres como nunca antes. Mais um pouco de jogo de Salomão e o blecaute será natural.

Adeus, cavalheiro

Por dever de gratidão, este jornal registra e lamenta a morte de Sérgio Valinoto, ocorrida no dia 30. Sérgio era um dos mais interessados leitores do **JP**, desde seu início, quase 16 anos atrás. Quando nos encontrávamos (a última vez foi num café, pouco mais de um mês antes do seu falecimento), fazia comentários pertinentes sobre as matérias da edição. Sinal de que havia lido sobre o que falava. Até hoje encontro gente que me parabeniza por minha coluna em *O*

Liberal, encerrada há quase 20 anos. Outro dia, durante debate na Assembléia Legislativa sobre a CVRD, uma senhora me procurou pedindo-me para intermediar um encontro com *Rominho, el supremo*, atrás de um favor para o Bengüi. Com humor, encaminhei-a à repórter do jornal, ao lado.

Sérgio também me mandava pequenas e bem escritas cartas, além de cartões postais, tratando do **JP** e me incentivando a prosseguir. Foi um autêntico profissional e uma pessoa boa, que sofreu muitos es-

barrões e topadas pela vida. Se Sérgio tinha inimigo, nenhum lhe fez mal maior do que os que ele mesmo se infligiu. Parecia padecer de um instinto auto-destrutivo, que o envelheceu prematuramente e o levou antes do tempo.

Apesar dos desencontros, a notícia de sua morte me chocou. Faço esse registro tocado pelas boas lembranças e as belas iniciativas do autêntico cavalheiro que Sérgio foi até o fim, a despeito das circunstâncias.

O pai do colunismo social

Armando Pinheiro pode ser saudado como o pai do colunismo social moderno no Pará. De um tipo de colunismo que ainda mantinha as características de crônica social do passado, mas incluía também notícias mais objetivas. Armando, que já foi tema desta seção, transformou-se em colunista da Folha do Norte por estímulo de Haroldo Maranhão, neto do lendário Paulo Maranhão, dono e principal redator do jornal. Fiz uma seleção das colunas de Armando Pinheiro, publicadas em 1955, montando um painel de notas que ajuda a dar o tom da vida na cidade das mangueiras daquela época. Uma de suas criações, o papagaio Jujú, um constante interlocutor, parece um antepassado do Louro José, de Ana Maria Braga.

Reproduzo uma das colunas de Armando, com fotos das senhoras Luiz Cacciatori e Júlia Moura Carvalho (esta, recentemente falecida), e o casal Deusdedith (Maria Eunice) Dantas Ribeiro, personagens que animavam o high-society da Belém de antes da integração nacional.

* O senhor Rômulo Maiorana vai lançar, dia 10 de dezembro, a sua revista "Soçaite", conforme esta coluna divulgou em primeira mão. O responsável pela "Sociedade" das FOLHAS escreverá duas páginas inteiras sobre o nosso "café society". Com fotos, fatos e fitas. Não escolhi, ainda, o título. Mas aceito sugestões. É só mandarem.

* Informo que não escreverei na revista "Soçaite". Este colunista é exclusivo das FOLHAS. Desculpe-me o senhor Rômulo Maiorana não poder colaborar com ele nesse empreendimento jornalístico, que merece o nosso apoio.

* Em grandes negócios industriais os senhores Antônio Farah e Salim Chady.

* De passagem pela cidade e rumo a Manaus o industrial Adalberto do Vale. Posso informar que o referido senhor voltará da capital amazonense em seu luxuoso iate. Aquele que pertenceu ao cineasta Cecil B. de Mille e que hoje está incorporado ao fabuloso patrimônio do senhor Adalberto do Vale.

* Encontrei o senhor Cunha Gonçalves. Falamos sobre diversas

coisas. Inclusive do boato maldoso com que certas pessoas querem jogá-lo contra o colunista. Esclareço que o jovem senhor Cunha Gonçalves é meu particular amigo e jamais escrevi nada que afete a sua personalidade. Somos amigos.

* Estou informado de que certo senhor anda procurando amigos do colunista e dizendo coisas. Aliás, ele já é conhecido como absoluto em intrigas e venenos. Por isso é insignificante até no tamanho. O nome dele? Vocês conhecem...

* No "hall" do Grande Hotel o casal Azulay. Muito notada a elegância da senhora Raquel Pazuelo Azulay.

* Hoje é dia do Automóvel Clube, onde o "grand mond" se reúne para os mais elegantes souper.

Na terrasse do Grande Hotel o senhor comandante Thomaz Filho... Positivamente acompanhado de duas senhoritas. Mas o nome delas eu não conto.

* Já regressou do Mosqueiro a elegante senhorita Leila Stela Porto de Andrade. Esteve praiando e elegantecendo "Chapéu Virado".

* Certa senhorita (que já foi notícia constante desta coluna) está usando decididamente toailete preta. Irá transformar-se em "dama de preto"? Não creio.

* No Gabinete do prefeito Celso Malcher o senhor Otávio Mendonça. Decididamente elegante.

* O Sunday Afternoon Club realizará hoje, às 20 horas, uma bonita festa. Acontecerão brincadeiras originais. Festa tipicamente americana.

* Encontrei no Grande Hotel o senhor Cléo Bernardo cercado de amigos. Falou-se de esporte, política e imprensa. Enquanto o senhor Milton Barata mantinha um "vai-e-vem" ao telefone insistentemente. Posso garantir que era para avisar em sua residência: "já vou"...

* Juju viu a senhorita Gilda Medeiros jantando em companhia de um jovem senhor. No Grande Hotel. Amistosíssimos. E segundo o

SOCIEDADE

SENHORA LEILA CACCIA TORI, SRA. JÚLIA MOURA CARVALHO, SR. E SRA. MOIRA RIBEIRO

Associação Social do Automóvel Clube

6/29/1955

PLANO

Se alguém quiser, devesse ler o artigo de Paulo Mendes e "Sociedade da América" da Sra. Leila Cacciatori, um belo programa de educação socializado pelo Grande Hotel Residencial Português. Será ótimo que seja um colunista de nome "Soçaite", uma omissão de nome Paulo, diretor de Leila, e também de grande interesse da sociedade paranaense em homenagem à Sra. Júlia Moura e de alta classe da sociedade paranaense, que levava a sã ideia de que seria um colunista "soçaite" e não de nome "Soçaite".

PUBLICIDADE

O edifício de Camilo

Camilo Porto de Oliveira, chefe de um escritório de engenharia que levava seu nome (estabelecido na avenida Braz de Aguiar, 231, telefone 3473), não foi apenas o autor do projeto do edifício Gilberto Mestrinho, construído na Praça Batista Campos, em pleno uso atualmente: ele também foi o garoto-propaganda da peça de lançamento da obra, há quase 40 anos, em dezembro de 1963. Na mensagem reproduzida no anúncio, ele diz que projetou o prédio levando em consideração "os mais modernos conceitos utilizados no planejamento de edifícios de habitações coletivas". Procurou dar aos apartamentos "uma total independência entre as três partes que compõem uma residência, ou sejam, a social, a íntima e a de serviço, solucionando assim o problema de circulação interna, dentro deste princípio básico, com todas as peças amplamente iluminadas e ventiladas".

dentro do princípio básico

EDIFÍCIO Gilberto Mestrinho

EDIFÍCIO Gilberto Mestrinho

Camilo Porto de Oliveira